

BOLETIM 422

Brasília, 30 de agosto de 2017

Relator da Previdência na Câmara participa de audiência na CPI do Senado Federal

O relator da reforma da Previdência na Câmara, deputado Arthur Maia (PPS-BA), disse nesta terça-feira (29) que os gastos previdenciários podem saltar dos atuais 55% para 82% do Orçamento Geral da União até 2024, descontado o pagamento dos juros da dívida. Maia participou de audiência pública na CPI da Previdência (**foto**) e defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016, que já passou por uma comissão especial de deputados e aguarda votação no Plenário da Câmara.

– Em 2024, 82% de todo o orçamento primário seria destinado à Previdência, sobrando apenas 18% para todas as demais despesas do país: educação, saúde, segurança, investimento, salário dos servidores e por aí vai. Essa escalada destruirá muito em breve qualquer possibilidade de funcionamento razoável dos serviços públicos – afirmou Arthur Maia.

O relator da CPI da Previdência, senador Hélio José (PMDB-DF), criticou a reforma proposta pelo Poder Executivo. Ele disse que, antes de sugerir



mudanças nas regras atuais, o governo deveria cobrar as dívidas das empresas e do setor público com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O calote é estimado em R\$ 500 bilhões.

– Por que os empresários dos ramos de frigoríficos, transportes, indústria e escolas particulares não estão pagando à Previdência? Prefeituras e estados também ficam empurrando com a barriga para não pagar a Previdência. Aí, o pobre coitado do assalariado, do servidor público, do aposentado é penalizado - disse o senador.

O deputado Arthur Maia rebateu. De acordo com o relator da reforma na Câmara, mesmo que fosse paga, a dívida não seria suficiente para cobrir o deficit da Previdência.

– Desses R\$ 500 bilhões que são devidos, é possível apurar apenas R\$ 200 bilhões. O restante é de empresas que não existem mais. Se esses R\$ 200 bilhões fossem pagos hoje, daria para custear a Previdência em agosto, setembro e outubro. Apenas três meses. O governo vai gastar R\$ 800 bilhões com a Previdência em 2017. Portanto, essa questão da dívida não serve de resposta ao problema – afirmou.



Servidores públicos - Arthur Maia classificou como “uma distorção” o fato de os servidores públicos receberem salários “muito acima” da média nacional. Ele entende que os funcionários dos três Poderes sejam submetidos às mesmas regras dos trabalhadores da iniciativa privada. E sugeriu que estados e municípios adotem um regime que já vale para servidores federais admitidos a partir de 2013, que têm a aposentadoria limitada ao teto do INSS.

– Os estados estão quebrados. É necessária uma reforma que obrigue estados e municípios a entrar na mesma regra do governo federal. Além disso, tem que aumentar a idade. Não é justo que um trabalhador do campo, que trabalha todo dia de sol a sol, se aposente aos 60 anos, e o funcionário público, no gabinete com ar condicionado, se aposente aos 57 anos. Essas mudanças têm que ser colocadas – disse.

O senador Hélio José discordou. Ele explicou que as mudanças adotadas a partir de 2013 vão resolver o deficit no regime especial dos servidores públicos “ao longo dos próximos anos”. O relator da CPI da Previdência disse ainda que, se o governo insistir nas mudanças, será derrotado no Senado.

– A reforma só pode abranger quem vai entrar no mercado de trabalho, e não quem está para trás. Essa reforma não foi discutida com a sociedade e chega abruptamente. Menos da metade da bancada do PMDB apoia essa reforma da Previdência - disse o **senador**.

Mudanças no relatório - O deputado Arthur Maia expôs aos senadores as principais mudanças aprovadas pela comissão especial. A idade mínima para a aposentadoria passa a ser de 65 anos para os homens e 62 anos para as mulheres.

A proposta original do governo estabelecia a aposentadoria do trabalhador rural com 25 anos de contribuição e 65 anos de idade. Os deputados mantiveram os atuais 15 anos de contribuição, com 60 anos de idade para homens e 57 anos para mulheres.

O texto do governo não previa aposentadorias especiais. A comissão da Câmara concedeu o benefício aos policiais aos 55 anos e aos professores aos 60 anos.

O Palácio do Planalto queria proibir o acúmulo de aposentadorias e pensões. A Câmara cedeu para permitir o pagamento conjunto até o limite de dois salários mínimos. A medida alcança 65% dos beneficiários do Regime Geral de Previdência.

A proposta original acabava ainda com a vinculação entre o salário mínimo e o Benefício de Prestação Continuada. A comissão especial manteve a paridade.

Audiências públicas - O presidente da CPI da Previdência, senador Paulo Paim (PT-RS), confirmou para o dia 14 de setembro uma audiência pública da comissão na Assembleia Legislativa de São Paulo, sobre os grandes devedores do INSS.

No dia 21 de setembro, os senadores têm audiência pública em Brasília. Foram convidados representantes do Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal de Justiça, Ministério Público, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Polícia Federal, Ministério do Trabalho e Receita Federal. Na primeira semana de outubro, ocorre a última audiência pública da CPI. Foram convidados os ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, e do Planejamento, Dyogo Oliveira. A comissão encerra os trabalhos no dia 6 de novembro.

Fonte: Agência SENADO



Comissão de Orçamento aprova déficit fiscal de R\$ 159 bi para 2017 e 2018

Projeto enviado pelo governo amplia o deficit em R\$ 20 bilhões neste ano e em R\$ 30 bilhões em 2018. Um deficit maior significa, na prática, a possibilidade de ampliação dos gastos públicos. Texto será votado nesta quarta-feira em sessão do Congresso Nacional

A Comissão Mista de Orçamento aprovou na noite desta terça-feira (29) o projeto do governo que altera a meta fiscal para 2017 e 2018 (PLN 17/17). O texto autoriza o governo federal (que inclui as contas do Tesouro Nacional, do Banco Central e do INSS) a encerrar os dois anos com um déficit primário de R\$ 159 bilhões.

As metas fiscais são definidas anualmente nas leis de Diretrizes Orçamentárias (LDOs). A de 2017 (Lei 13.408/16) prevê um deficit primário de R\$ 139 bilhões. Na LDO de 2018 (Lei 13.473/17), o déficit previsto é de R\$ 129 bilhões. A proposta, portanto, amplia o déficit em R\$ 20 bilhões neste ano e R\$ 30 bilhões no próximo.

O texto recebeu parecer favorável do deputado Marcus Pestana (PSDB-MG) e será votado no Plenário do Congresso Nacional, última etapa de tramitação, nesta quarta-feira (30), em sessão marcada para às 13 horas. Pestana manteve a proposta do governo na íntegra e rejeitou as 67 emendas apresentadas.

O governo tem pressa em aprovar o PLN 17/17, porque quer enviar a proposta orçamentária já com a meta revisada de R\$ 159 bilhões. Por determinação constitucional, o

projeto do novo orçamento chega ao Congresso Nacional na quinta (31).

Gastos públicos - Um déficit maior significa, na prática, a possibilidade de ampliação dos gastos públicos. O governo alega que a medida é necessária porque as despesas obrigatórias (aquelas determinadas pela Constituição ou por lei) estão crescendo, enquanto as receitas estão em queda, colocando em xeque as metas atuais das LDOs. Desde 2016, os gastos obrigatórios estão acima da receita líquida da União.

Nesta terça, a Secretaria do Tesouro Nacional divulgou o resultado primário do governo. Nos 12 meses encerrados em julho, o saldo das contas do governo é negativo em R\$ 183,7 bilhões. É o pior desempenho da série histórica das contas primárias, iniciada em 1997.

Fonte: Agência CÂMARA

Arrecadação federal tem pior resultado para julho desde 2010

A arrecadação total das receitas federais atingiu em julho deste ano o montante de R\$ 109,948 bilhões, o que representa um recuo real (descontada a inflação) de 0,34% em relação a julho do ano passado. Os números da Receita Federal foram divulgados na sexta-feira (25/08).

Não é preciso ser um gênio de economia para perceber que a recessão em que o país está mergulhado – fruto da política de juros siderais – derrubou a arrecadação. Até o Meirelles estimou que o Produto Interno Bruto (PIB) do 2º trimestre,



a ser anunciado nesta sexta-feira (01/09) pelo IBGE, deverá ficar próximo a zero. “Próximo ao ponto de equilíbrio”, segundo ele.

Segundo dados da Receita Federal, a valores correntes, as empresas pagaram em julho R\$ 11,688 bilhões em IR, uma queda de 14,98% ante ao mesmo mês do ano passado, quando foram recolhidos R\$ 13,746 bilhões.

Apesar de a Receita Federal não mencionar o fato em seu relatório, setores da mídia atribuem como fator para a queda da arrecadação a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de excluir o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da base de cálculo do PIS/Cofins. Acontece que esse efeito nem existe ainda, pois a decisão do STF sequer foi publicada.

Considerando apenas os tributos devidos à Receita Federal, que é mais relacionada à atividade econômica, o montante arrecadado foi de R\$ 104,837 bilhões, uma queda de 1,7% ante julho de 2016.

Os números da Receita não deixam margem de dúvida: arrecadação em queda, resultante da depressão, que demonstra que o ajuste fiscal de Meirelles já está destinado ao fracasso total.

“Privatizar a Eletrobrás é decisão suicida”

Para o especialista, a tentativa atual de privatizar a estatal é a consumação de uma série de

atentados, desde Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma, contra as estatais do setor elétrico

O engenheiro Roberto Pereira D’Araujo é, sem contestação, um dos maiores especialistas brasileiros na área de energia elétrica.

Ele aponta que a tentativa atual de privatizar a Eletrobrás é a consumação de uma série de atentados, desde Fernando Henrique, Lula e Dilma, contra as estatais do setor elétrico. Como escreveu, em recente artigo:

“Ingênuos são os que pensam que o único custo que cai sobre sua cabeça é a fatura da conta de luz. Que tal 134% de aumento na indústria **atendida pelas distribuidoras?** Tudo o que você compra tem energia no meio! Portanto, essa trajetória de 21 anos [FHC, Lula, Dilma e Temer] é péssima (...).

“Se a indústria paga caro hoje, quanto ela pagava em 1995? 134% mais barato! Se as residências pagam caro hoje, em 1995 era 55% mais barato. (...) Se você não é um consumidor ‘baixa renda’, com certeza você teve um aumento bem maior do que 55%. Como a ANEEL não revela o histórico por nível de consumo, você fica misturado com os que tiveram subsídio.

“O que a Eletrobras tem a ver com isso? **Só o fato de que lá, em 1995, o preço que você pagava era muito mais dependente da Eletrobras do que agora.** Muito mais barato, não? (...) as estatais estavam razoavelmente equilibradas. Mesmo com tarifas mais baratas! **Sabe qual era o milagre? O regime de serviço público, ou pelo custo. Nos Estados Unidos, que, a nosso ver, não é um exemplo de economia socialista, o sistema se chama ‘return rate regulation’.**”

As indústrias que sofreram aumento real de 134% (em média) na tarifa, lembra D’Araujo, são as que dependem de fornecimento das



distribuidoras privatizadas. Quanto àquelas empresas que estão no chamado “mercado livre” - projeto de Fernando Henrique, implantado por Lula e Dilma, que reúne os “grandes consumidores” (multinacionais e outros monopólios privados) - aconteceu o oposto.

Tanto a política de Lula, ao deixar as usinas da Eletrobrás sem contratos com as distribuidoras – **o que fez com que as estatais fornecessem energia quase gratuita aos grandes consumidores monopolistas no mal chamado “mercado livre”**; quanto a famigerada Medida Provisória 579, de Dilma (que quebrou a Eletrobrás, **obrigando-a a vender energia, também aos grandes consumidores monopolistas do “mercado livre”, além das distribuidoras, inclusive abaixo do preço de custo**), foram, aponta D’Araujo, uma “privatização por dentro” da Eletrobrás, sob o pretexto – ao fim, mentiroso – de baixar as tarifas para o consumidor residencial e para a indústria em geral.

Roberto D’Araujo frisa que o consumidor “cativo” - aquele que recebe energia das distribuidoras – chegou a pagar uma tarifa que era 40 vezes o **teto** praticado para os grandes consumidores no “mercado livre”. Como ele nota: “com energia quase gratuita, o mercado livre brasileiro tem suas razões para ser SECRETO! Você quer saber quanto o consumidor livre A pagou por sua energia que comprou de B? Pois fique querendo saber! Por isso não sabemos mais qual a nossa tarifa média industrial”.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Senador entra na Justiça com ação contra extinção da reserva mineral

*Decreto de Temer indignou o Brasil.
Senador Randolfe Rodrigues deu início à mobilização em defesa da região*

Depois de sofrer forte pressão popular pelo anúncio da extinção da Reserva Nacional de Cobre e seus Associados (Renca), uma enorme área de reserva mineral na Amazônia, Michel Temer decidiu publicar um novo decreto, nesta segunda-feira (28), anulando o anterior, mas mantendo a extinção da reserva.

Para o senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), "o novo decreto de Temer em relação à Renca é uma tentativa de enganar a sociedade e reduzir a pressão sobre seu governo. Na prática, nada muda: a extinção da Reserva está mantida, e as unidades de conservação ainda estão em risco. Não vamos recuar em nossas ações em defesa da Amazônia".

O novo texto não traz nenhuma mudança substancial, apenas detalha que não pode haver exploração mineral nas áreas onde houver "sobreposição parcial com unidades de conservação da natureza ou com terras indígenas demarcadas". E que em áreas onde não há sobreposição com unidades de conservação, "a exploração mineral atenderá ao interesse público preponderante".

"O novo decreto quer estabelecer critérios para a exploração em áreas de conservação, ou seja: mantém a extinção da Reserva Nacional do Cobre, deixando claro que o interesse é liberar a



área no coração da Amazônia para atividade de mineração. Não há como, nessa área, qualquer tipo de atividade minerária ser sustentável", destaca Randolfe, que entrou com ação popular na Justiça Federal contra a extinção da Renca. "Nosso mandato protocolou na Justiça Federal do Amapá uma ação popular contra o Decreto 9142/2017, que extingue a Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca) e libera a área para exploração mineral. Na ação, nós alegamos que o presidente Temer não podia extinguir a reserva por Decreto, já que a competência para se desfazer de patrimônio público é do Congresso Nacional, por Projeto de Lei", anunciou. Randolfe também apresentou um projeto de decreto legislativo no Senado para sustar o decreto entreguista de Temer.

O Palácio do Planalto soltou uma nota defendendo o fim da reserva, destacando que "a Renca não é um paraíso, como querem fazer parecer, erroneamente, alguns. Hoje, infelizmente, territórios da Renca original estão submetidos à degradação provocada pelo garimpo clandestino de ouro, que, além de espoliar as riquezas nacionais, destrói a natureza e polui os cursos d'água com mercúrio". A nota é uma afronta à inteligência da sociedade brasileira. Então o governo achou uma maneira fácil para supostamente "combater" as irregularidades: abrir as reservas, assim quem estava ilegal passa a ser legal, e de quebra entregar nossa grande reserva de minérios às multinacionais. Como as unidades de conservação não podem ter atividades minerais, o governo reduz o território dessas unidades, autorizando atividades onde antes era proibido.

Após o levante de todo o país contra a medida antinacional de Temer, o novo decreto foi

clara tentativa do governo de dissimular o atentado e de desmobilização de milhares de brasileiros que demonstraram seu repúdio à extinção da Renca desde a última quarta-feira. Mas a tentativa do governo foi frustrada. Os protestos se ampliaram. Gisele Bündchen, Ivete Sangalo, Caetano Veloso, Anitta e vários artistas também protestaram via redes sociais contra o maléfico decreto. A hashtag "Todos pela Amazônia" estava entre os tópicos mais falados no twitter.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Volume de ações no PJe quase dobra em um ano e chega a 15,7 milhões

O número de ações tramitando no sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe) chegou a 15,7 milhões no primeiro semestre deste ano. Isso representa uma alta 84% no número de causas incluídas no sistema em relação a junho de 2016, quando tramitavam no PJe 8,5 milhões de ações. No ano passado, o processo por meio digital superou pela primeira vez o número de ações físicas. Hoje, o PJe já está disponível em todas as subseções da Justiça Federal de São Paulo e a versão 2.0 já passou a funcionar no Tribunal de Justiça do Distrito Federal. O sistema está sendo usado em 3.321 órgãos julgadores — unidades como varas e turmas —, conforme dados do CNJ.

Justiça do Trabalho

Cerca de 73% das ações digitais — 11,5 milhões — pertencem à Justiça trabalhista. "É o ramo que mais se engajou na implantação do PJe. Isso porque a Justiça do Trabalho comprou a ideia,



vinda do CNJ, de que houvesse um único programa para todo o Poder Judiciário", afirma Ives Gandra Martins Filho, presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

Todos os 24 tribunais regionais do trabalho usam o PJe. Entre as varas trabalhistas, a única exceção está no Pará, por falta de infraestrutura mínima de telecomunicação. Fica em Abaetetuba a última unidade a ser digitalizada. Com a inauguração dessa unidade, prevista para 6 de outubro deste ano, o programa alcançará 100% da Justiça trabalhista.

Certificado Digital - Somado ao avanço do PJe está a massificação do Certificado Digital. Cerca de 70% dos advogados já possuem o documento, necessário para se fazer o petiçãoamento eletrônico.

Além de permitir a petição eletrônica, o Certificado Digital também permite assinar qualquer tipo de documento eletrônico, como procurações, contratos, propostas e atas; acessar serviços exclusivos na Receita Federal do Brasil; e enviar o Imposto de Renda com mais facilidade por meio da declaração pré-preenchida.

Fonte: Consultor Jurídico

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)